

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XXXI
-------------------------	------

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO DISCURSO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UM DEBATE SOBRE PODER E INVISIBILIDADE	1
1.1. A produção e a reprodução dos discursos do processo penal na doutrina e na academia	7
1.2. A opressão interseccional e os processos de validação do conhecimento.....	17

CAPÍTULO II

ENTRE DEBATES, EMBATES E DIÁLOGOS: A EPISTEMOLOGIA VERIFICACIONISTA, A EPISTEMOLOGIA DAS SIGNIFICAÇÕES E A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA INTERSECCIONAL	23
2.1. A epistemologia verificacionista	24
2.2. A epistemologia das significações (epistemologia do desejo e do reconhecimento do lugar plural da fala).....	35
2.3. A epistemologia feminista: a epistemologia do ponto de vista feminista (<i>standpoint epistemology</i>) e a epistemologia do ponto de vista interseccional (<i>intersectional standpoint epistemology</i>)..	40
2.3.1. A epistemologia do ponto de vista feminista (<i>standpoint epistemology</i>)	46
2.3.2. A epistemologia do ponto de vista interseccional (<i>intersectional standpoint epistemology</i>)	51
2.4. Meditações sobre uma epistemologia jurídica feminista para o processo penal brasileiro	54

CAPÍTULO III

GARANTISMO E FEMINISMO: UM LUGAR PARA O SISTEMA DE GARANTIAS (SG)	59
3.1. O sistema de garantias – SG.....	61

3.2. O sentido do sistema de garantias pelas lentes da epistemologia feminista	71
3.3. <i>Dear White Men</i>	74

CAPÍTULO IV

O PROCESSO PENAL FEMINISTA E SE GOLDSCHMIDT FOSSE FEMINISTA?	87
4.1. Vítimas e acusadas: o ser “mulher” no processo penal	92
4.2. Produção e valoração da prova	94
4.2.1. O depoimento especial da ofendida	94
4.2.2. A vítima coletiva em casos de crimes sexuais cometidos por autoridade profissional ou religiosa	99
4.2.3. (Re)pensando a prova pericial nos crimes sexuais	104
4.3. Sujeitos processuais: a assistência à vítima como sujeito processual <i>sui generis</i>	112
4.4. Prisão cautelar e audiência de custódia: a credibilidade da palavra da mulher e a obrigatoriedade de conversão de prisão preventiva em prisão domiciliar de mulheres gestantes e/ou mães de filhos/as menores de 12 anos.....	117
4.5. Reflexões sobre o inquérito policial e o feminicídio de Estado....	133
4.6. Investigação policial e retratação da vítima em tempos de pandemia: o mero dilema colonialista entre autonomia e proteção penal	149
4.7. Do inquérito policial ao Tribunal do Júri: considerações a partir do Caso 12.263 (Márcia Barbosa de Souza e seus Familiares vs. Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos)	158
4.7.1. Uma breve nota de esclarecimento.....	158
4.7.2. Os aspectos constitucionais penais e processuais penais e o respeito ao direito de defesa das pessoas acusadas desde a fase inquisitorial	160
4.7.2.1. O caso penal	160
4.7.2.2. O inquérito policial e o direito de defesa do acusado.....	163
4.7.2.3. O direito das vítimas ao devido processo	168
4.7.2.3.1. A violação aos direitos das vítimas ao tratamento processual adequado (I): a desnecessária repetição da prova testemunhal colhida e a	

	(des)construção da imagem da vítima nos autos dos processos criminais pela intervenção da mídia	169
4.7.2.3.2.	A violação aos direitos das vítimas ao tratamento processual adequado (II): o procedimento de tomada de depoimento de vítimas e familiares no Brasil.....	179
4.7.2.3.3.	A violação aos direitos das vítimas ao tratamento processual adequado (III): mais uma vez sobre a questão das nulidades.....	184
4.7.3.	O rito processual do Tribunal do Júri e o direito das vítimas ao julgamento em tempo razoável	185
4.7.4.	Recomendações ao Estado Brasileiro para evitar a repetição das violações verificadas no Caso Márcia	192
4.8.	Decisão judicial: o direito à construção da narrativa de vida como elemento do direito de defesa	193

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU UMA PALAVRA SOBRE CIÊNCIAS CRIMINAIS E UMA EPISTEMOLOGIA JURÍDICA FEMINISTA INTERSECCIONAL DECOLONIAL)	209
--	------------

REFERÊNCIAS	215
--------------------------	------------